



**COMISSÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS, SAÚDE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

DOCUMENTO: Projeto de Lei nº 139/2017, protocolo nº 1104/2017

PROCEDÊNCIA: Poder Executivo

ASSUNTO: “Dispõe sobre os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros Urbano e Rural de Uruguaiana, estabelece as normas para concessão e permissão de sua exploração e dá outras providências”.

RELATOR: Ver. Irani Coelho Fernandes

PARECER

Chega a esta Comissão de Serviços Municipais, Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico, o Projeto de Lei nº 139/2017 (protocolado nesta Casa sob o nº 1104/2017, em 08 de novembro) de proposição do Poder Executivo, que “Dispõe sobre os Serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros Urbano e Rural de Uruguaiana, estabelece as normas para concessão e permissão de sua exploração e dá outras providências”.

O Projeto de Lei 139/2017, do Executivo, foi devidamente avaliado nas demais Comissões Ordinárias, recebeu emendas – que foram convalidadas - e chega a esta Comissão de Serviços para a análise e parecer.

O projeto visa dar embasamento legal, preenchendo uma lacuna existente na legislação que deve regular a prestação desses serviços públicos de extrema necessidade e relevância para a comunidade.

Em Uruguaiana, o Poder Público, há muitos anos, vem realizando e tentando validar – sem sucesso jurídico - as licitações do setor de transportes público, entretanto, rotineiramente as empresas embargam na justiça ou se contrapõe ao processo, pela falta dessa legislação específica que norteie ou dê consistência e validade ao processo licitatório.

Ao mesmo tempo em que o Executivo busca a regulamentação da matéria, o faz adequando-a às normas e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana - Lei Federal 12.587/2012.

A empresa de Transporte Coletivo Urbano de Uruguaiana, no momento, se sustenta por força de Decreto Emergencial nos serviços de transportes, num contrato precário de exploração, renovado. A empresa que atende a zona rural padece do mesmo problema. A Administração Municipal já desencadeou as fases preliminares e necessárias à realização dos processos licitatórios, que aguardam pela aprovação deste PL para garantir a realização solene desse certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PODER LEGISLATIVO
Palácio Borges de Medeiros



A lei ao ser aprovada, também servirá para garantir a regulamentação e atualização da legislação para todas as demais modalidades de transporte público de passageiros do município – táxi, transporte escolar, etc.

O Projeto de Lei em questão estabelece princípios de acessibilidade universal, equidade no acesso ao cidadão aos serviços, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços, segurança nos deslocamentos e desenvolvimento sustentável nas dimensões socioeconômicas e ambientais.

O planejamento e gestão ainda prevêem diretrizes que priorizam os modos de serviços não motorizados, a concessão de gratuidades e descontos, a integração física, tarifária e operacional do sistema e modicidade da tarifa para o usuário.

O capítulo I estabelece as características dos serviços, as categorias urbanas e rurais, o transporte convencional e seletivo, as linhas, itinerários, tabelas horárias, pontos de embarque e desembarque de modo a atender as necessidades de deslocamentos da população, mediante fiscalização do órgão gestor municipal.

O capítulo II estabelece definições dos veículos quanto ao conforto, segurança e higiene seguindo normas e padrões técnicos e define as condições operacionais dos veículos, submetendo-os periodicamente à inspeções.

O capítulo III trata da prestação dos serviços, baseado no que estabelece o artigo 30 da Constituição Federal, estabelecendo que cabe ao município organizar e prestar diretamente ou por intermédio de delegação a terceiros, sob regime de concessão e permissão, mediante licitação. É o local do PL onde ficam definidas as concessões e permissões e a formalização dos contratos e transferências.

No capítulo IV estão estabelecidas as regras sobre a remuneração dos serviços. Trata da fixação, revisão e reajuste da tarifa e atribui ao Conselho Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana a atribuição de emitir parecer sobre o assunto.

As isenções e descontos estão estabelecidas no capítulo V, obedecendo o que estabelece a legislação federal, garantindo as formas de custeio, aumentando a média da renda familiar para 2 salários mínimos.

Ademais, exige que quaisquer benefícios concedidos a determinadas classes de usuários seja precedida de previsão dos recursos financeiros necessários à cobertura de perdas tarifárias.

O Planejamento Gestão e Fiscalização consta do Título III, definindo inclusive o acesso à contabilidade e dados operacionais dos concessionados e trata ainda de direitos e deveres dos usuários.

No Título IV, estão as penalidades das concessionárias e permissionárias que desde advertências, multas até rescisão do contrato.

